



## **LINGUAGEM ORAL E ESCRITA: O ACESSO AO MUNDO LETRADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

*Jéssica Silva de Sousa<sup>1</sup>*  
*Karolayne Rodrigues Pinheiro<sup>2</sup>*  
*Alzenira de Carvalho Miranda<sup>3</sup>*  
*Sônia Bessa<sup>4</sup>*

### **RESUMO**

No decorrer da história ocorreram diversas transformações e influências do poder público para que a creche conquistasse na constituição de 1998 o direito da criança e um dever do Estado. A instituição destinada à educação infantil deixou de ser um lugar propício apenas para os cuidados da criança e passou a obter caráter educacional. A linguagem oral e escrita recebeu um novo olhar, pois desde quando a criança nasce está inserida em um mundo letrado, o que faz de suma importância a construção da escrita e o desenvolvimento da oralidade por meio de práticas docentes significativas destinadas a esse fim. Porém, ainda encontram-se profissionais autoritários centrados no processo de ensino-aprendizagem da língua escrita por meio da repetição e memorização dos educandos. A partir disso, houve a inquietação de pesquisar com mais critério a inserção da linguagem oral e escrita na Educação infantil. Para realizar essa pesquisa foram feitas observações em duas turmas de Jardim I com total de 28 educandos, em uma instituição de Ensino Infantil situada no Município de Formosa-GO. Desse modo, foram realizadas intervenções em ambas as turmas, utilizando práticas diversificadas de inserção da linguagem oral e escrita, pois os meios pelos quais as crianças podem se apropriar da linguagem são ricos e podem ser representados por meio do desenho, jogo simbólico, imitação, expressão gráfica, entre outros. Constatou-se que houve resultados significativos acerca do desenvolvimento da expressão oral e escrita por parte dos educandos, pois os mesmos passaram a manter diálogo mais rico e representação gráfica mais elaborada.

**Palavras-chave:** Linguagem oral e escrita, Desenvolvimento, Práticas pedagógicas, Educação Infantil.

### **INTRODUÇÃO**

Segundo Oliveira (2002), por meio de muita revolução por parte dos operários, devido as crianças necessitarem de melhores cuidados e condições de vida, na década de 20 e 30 o movimento operário conseguiu que os patrões criassem lugares destinados a guarda e atendimento dos filhos das operárias, isso possibilitaria melhorias na produção manual. Dessa

---

<sup>1</sup>Graduanda do 6º semestre do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás – Campus de Formosa. E-mail: jessicagehlhaar@gmail.com

<sup>2</sup>Graduanda do 6º semestre do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás – Campus de Formosa. E-mail: karolayne411@hotmail.com

<sup>3</sup>Especialista em docência em Metodologia do Ensino Superior, pelas faculdades Integradas Iesgo. Professora contratada da Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Formosa. Email: alzenira.m@gmail.com

<sup>4</sup>Doutorado em Educação pela UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. Professora efetiva da Universidade Estadual de Goiás – Campus de Formosa. E-mail: soniabessa@gmail.com

forma, os donos das indústrias tinham o intuito de que os funcionários trabalhassem com mais agilidade, obtendo assim um melhor rendimento. Nesse cenário surgiu a creche.

A autora citada ressalta que, nesse contexto houve a divisão entre os filhos dos operários (pobres) e os filhos dos grupos sociais de maior prestígio econômico (ricos), sendo a creche destinada a atender os filhos dos operários, visando o enfoque higienista e assistencialista, proporcionando o cuidar da guarda, a alimentação, a higiene e os cuidados físicos. Porém, o jardim de infância era direcionado a atender os filhos dos afortunados, e esse obtinha um enfoque pedagógico.

Houve diversas mudanças e várias influências do poder público ao longo dos anos, para que a creche conquistasse na constituição de 1998 o direito da criança e um dever do Estado. Mas, somente depois de alguns anos, por meio da Lei de Diretrizes e Bases (LDB/1996), que a educação infantil passa a ser considerada oficialmente como primeira etapa da educação básica.

Sendo assim, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil vol. 1 (RCNEI), enfatiza que:

Modificar essa concepção de educação assistencialista significa atentar para várias questões que vão muito além dos aspectos legais. Envolve, principalmente, assumir as especificidades da Educação Infantil e rever concepções sobre a infância, as relações entre classes sociais, as responsabilidades da sociedade e o papel do Estado diante das crianças pequenas. (1998, p.17)

Diante dessas mudanças a linguagem oral e escrita passou a ter outra percepção no âmbito educacional, de modo que, tornou-se um dos elementos importantes a serem trabalhados em sala de aula de maneira eficaz, pois é a partir da linguagem que a criança amplia suas possibilidades de inserção, e de participação nas diversas práticas sociais, assim como, desenvolve de modo gradativo as capacidades de comunicação, expressão e acesso ao mundo letrado.

Portanto, a criança aprende a se comunicar e ter contato com o mundo letrado desde muito cedo, dessa forma, fez-se necessário ampliar este estudo para compreender como a linguagem escrita pode ser desenvolvida no cotidiano escolar, de maneira que a criança não seja forçada a executar exercícios de repetição e memorização de códigos estabelecidos.

Baptista ressalta que: “Desde o nascimento as crianças estão imersas em uma cultura específica, e ao longo do seu processo de desenvolvimento, vão criando estratégias para descrever o mundo, compreendê-lo e com ele interagir.” (2010, p.02). As crianças que ainda

não dominam o sistema de escrita brincam imitando a mesma, criando suas concepções a partir de histórias, textos verbais e visuais.

Emília Ferreiro (2001) em sua obra “Cultura Escrita e Educação” afirma que, é preciso sim trabalhar concepções da linguagem escrita em sala de aula na Educação Infantil, porém com práticas que respeitem as capacidades individuais dos educandos, de modo que, a criança tenha a oportunidade de opinar e se expressar em suas manifestações orais e escritas.

No âmbito da fala o RCNEI vol.3 (1998), salienta a importância da linguagem oral na educação infantil, apontando que: “A linguagem oral possibilita comunicar ideias, pensamentos e intenções de diversas naturezas, influenciar o outro a estabelecer relações interpessoais” (p. 120). Dessa forma, ao se comunicar a criança começa a perceber o outro e entender as opiniões contrárias das suas, construindo capacidades de respeito ao falar e ouvir. Por isso, é importante instigar a criança a se comunicar através do diálogo e situações que promova diversas formas de interações.

Diante disso, possibilitar diferentes aprendizagens e diversas linguagens propicia o desenvolvimento e a construção das capacidades cognitivas, pois o pensamento da criança possui uma inter-relação com aprendizagens específicas, como: recordar, classificar, formar conceitos e raciocinar logicamente, etc.

Dessa forma, o RCNEI vol.1 (1998) enfatiza que:

No processo de construção do conhecimento, as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de ter ideias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar. Nessa perspectiva, as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim, fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação. (p.22)

Segundo Emília Ferreiro (2001), a linguagem oral e escrita é interpretada e colocada em prática na educação infantil por meio de um trabalho baseado na cópia de letras, ensinadas uma de cada vez, fazendo com que as crianças aprendam a relacionar sons e escritas por repetição e memorização do que está sendo trabalhado. Diante dessas práticas equivocadas, ela fala sobre uma pergunta pertinente no ensino infantil: Deve-se ou não ensinar a criança a ler e escrever antes de entrar para a primeira série? Quanto a isso ela diz que:

Não respondo nem que sim, nem não. O que digo é que a pergunta está malfeita, porque pressupõe que a resposta NÃO equivale a deixar essa responsabilidade para o ensino fundamental, e a resposta SIM pressupõe introduzir na pré-escola as más práticas educacionais do Ensino

Fundamental. O que proponho é substituir a pergunta centrada no ensino por outra centrada na aprendizagem: deve-se permitir ou não que as crianças aprendam sobre a língua escrita na pré-escola? Nesse caso, a resposta é redondamente afirmativa. (2001, p.146)

Para Ferreira, as práticas tradicionais são influenciadas pelo pressuposto de que as crianças chegam ao ensino fundamental sem saber nada, devido a isso, iniciam-se inúmeros equívocos sobre o ensino da linguagem oral e escrita. Então, começa as cópias, os exercícios de repetição e treinamento. Por isso, é fundamental compreender o verdadeiro papel da linguagem na educação infantil, pois o trabalho com ela deve permitir as instituições o desenvolvimento de crianças leitoras e usuárias do sistema de escrita, de modo que, a respeite como produtora de conhecimento e cultura.

Assis afirma que:

Ao fato de que a criança, desde muito cedo, se interessa pelo funcionamento da linguagem escrita. Os estudos da psicogênese da leitura e da escrita (Ferreira e Teberosky, 1985) nos mostram como as crianças formulam hipóteses para explicar o funcionamento desse sistema, sobretudo porque elas se interessam em conhecê-lo e desejam dele se apropriar. Crianças que ainda não dominam o sistema de escrita alfabética brincam imitando a escrita, criando histórias a partir de textos verbais e visuais. (2010, p.02)

Segundo Assis (2010), baseado em Piaget (2011) a função semiótica ou função simbólica exerce papel fundamental no desenvolvimento das crianças, pois elas possibilitam que a criança represente diversos papéis, transformando-se em vários personagens, permite a expressão, socialização e a construção da linguagem oral e escrita, de modo que, conseqüente seja inserida no mundo social.

A imitação na ausência do modelo ou imitação representativa, o jogo simbólico, o desenho ou expressão gráfica, a imagem mental e a linguagem são formas de representação que permitem a comunicação com os outros e a possibilidade de reconstruir as ações passadas e antecipar as noções futuras. (ASSIS, 2010, p.01)

Na perspectiva da psicologia genética o aparecimento e o desenvolvimento da função semiótica consistem na capacidade de atribuir significado aos objetos, ou seja, é a maneira de representar alguma coisa por meio de outra. Então, a imitação, o jogo simbólico, o desenho, a representação e a linguagem são formas da criança manifestar e representar seu conhecimento sobre o mundo que a cerca.

Para Assis (2010), a transmissão verbal não deve ser a fonte de aquisição e conhecimento dos conceitos, pois a compreensão das relações entre os objetos implica na ação sobre os mesmos, o que não pode ser substituído por palavras.

Desse modo, esse autor afirma que:

A educação infantil deve preocupar-se com o desenvolvimento da linguagem, como uma das formas de uma função muito mais ampla, isto é, da função semiótica. A expressão verbal da criança é reflexo do progresso do seu pensamento. Portanto, para melhorar a expressão verbal da criança é preciso, antes de qualquer coisa, favorecer o desenvolvimento de seu pensamento. (2010, p.12)

Segundo Baptista (2010), as crianças advindas de famílias que não têm o hábito de ler e escrever possuem hipóteses menos elaboradas, ou seja, obtém maiores dificuldades na desenvoltura com a escrita, devido a falta de interação com a linguagem, o que evidencia ainda mais, a importância de práticas que permitem o contato da criança com a escrita na educação infantil. Por isso, faz-se necessário que esses espaços possibilitem o enriquecimento e a construção desses conhecimentos, pois aprender a ler e a escrever faz parte de um longo processo que está diretamente associado à participação em práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita.

O RCNEI vol.3 (1988), enfatiza que as crianças são singulares e apresentam ritmos próprios e diferentes uma das outras para conquistarem as capacidades linguísticas, sendo que, a construção e o desenvolvimento da linguagem dependem do significado e da utilização que as crianças atribuem.

Dessa forma, quando as crianças podem se comunicar livremente, expressando o que gostam e desejam ou o que não gostam e não querem, elas constroem uma identidade autônoma baseada na liberdade de expressão e no desenvolvimento da linguagem.

Na perspectiva da psicologia genética durante o processo de construção da linguagem os educandos cometem “erros”, e esses erros não devem ser vistos como equívocos ou faltas, eles são esperados, pois se referem a um momento evolutivo da criança, pelo qual todos estão sujeitos a passar, por isso, é fundamental que se tenha cuidado com as palavras : “está errado”, porque esses supostos erros demonstram ao adulto a maneira da criança pensar.

Emilia Ferreiro (2001), afirma que: “Um ambiente em que se possa aprender, que não proíba aprender, deve ter livros, deve deixar circular a informação sobre a língua escrita, mas é evidente que o ambiente por si mesmo não é o que alfabetiza.” (p.148). Portanto, é possível perceber que o termo “ambiente alfabetizador” tem sido confundido, em muitas vezes, com uma sala cheia de imagens, textos expostos e com etiquetas nomeando os móveis e objetos como se fosse uma maneira eficaz de inserir a criança ao mundo da escrita.

Por isso, é fundamental considerar esse termo no sentido de proporcionar a ação da criança sobre a escrita, possibilitando a oferta de oportunidades e de participação em situações, nas quais, a escrita e a leitura se façam necessárias, a participação ativa das crianças nas ideias sobre como se lê e como se escreve configura um ambiente alfabetizador.

O RCNEI vol.3 contribui para essa concepção salientando que se a educação infantil propiciar o contato dos educandos com os diversos textos utilizados nas práticas sociais possibilitará o acesso ao mundo letrado, desenvolvendo um papel essencial no oferecimento da igualdade de oportunidades. Desse modo, é fundamental considerar a perspectiva construtivista da criança que aprende, sendo um ser ativo na construção da linguagem e não meramente receptoras passivas de informações.

Este estudo tem a intenção de refletir sobre a importância de trabalhar de maneira indissociável a linguagem oral e escrita na educação infantil, por meio de práticas pedagógicas que possibilitam um espaço rico em estímulos e informações, proporcionando aprendizagens significativas e conhecimentos distintos, de modo que, as crianças possam desenvolver a oralidade e construir suas hipóteses a respeito do sistema de escrita.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo é de natureza qualitativa na modalidade interventiva e descritiva, baseados na psicologia genética e nos pressupostos construtivistas, ao qual consiste em analisar e compreender a importância das práticas de inserção da linguagem oral e escrita na Educação Infantil.

Utilizou-se no desenvolvimento das intervenções o método clínico, também conhecido como método crítico. Segundo Diniz (2011), o método clínico “permite a abordagem do outro, nas relações interindividuais e nas relações sociais. É também uma démarche ativa de pesquisa e de intervenção, que considera os valores e as posições subjetivas no trabalho científico, além de permitir explicitar a relação do sujeito com o saber.” (p. 11)

Esse relato de experiência refere-se à descrição de parte da proposta de estágio supervisionado do curso de pedagogia da Universidade Estadual de Goiás - Campus Formosa. Realizou-se as intervenções educacionais no período de 7 semanas entre os meses de Abril, Maio e Junho de 2016. Foram 9 intervenções semanais com duração de três horas, totalizando 27 horas.

Foi constituída amostra com 28 crianças de duas turmas de Jardim I da Educação infantil de Centro Municipal de Educação Infantil situada na cidade de Formosa-GO, quanto

ao gênero participaram 13 meninas e 15 meninos com idade entre 3 e 4 anos. Além das 28 crianças da Educação Infantil, participaram 2 estagiárias sob a supervisão da professora orientadora de estágios.

Como fonte primária para o referencial teórico foi abordado às concepções de Emília Ferreiro, na obra: “Cultura escrita e educação” (2001). Para compreender melhor sobre as práticas educacionais referente a esta discussão, foram utilizados os volumes 1, 2 e 3 do “Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil”, assim como o artigo: “A linguagem escrita e o direito à educação na primeira infância”(2010) de Monica Correa Baptista, entre outras fontes.

Portanto, identificou-se a necessidade de propiciar aos educandos a construção da linguagem oral e escrita por meio de práticas pedagógicas diversificadas como: rotina da aula, reconto de histórias, parlendas, literatura infantil, expressão e representação gráfica de histórias, jogo simbólico, imitação, entre outras. Desse modo, obteve como fonte do estudo embasamento teórico que possibilitou a elaboração de uma minuciosa análise.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise dos dados foi realizada levando em consideração as respostas das crianças, a forma como se expressavam e desenvolviam as atividades, o modo como se relacionavam com os colegas, a postura de cada um ao perceberem que estavam diante de algo novo e como lidavam com as atividades propostas.

Na primeira intervenção realizada verificou-se que em ambas as turmas (Jardim I B e Jardim I C) os educandos apresentaram dificuldades em manter um diálogo sobre o determinado assunto, ou seja, quando eram indagados sobre algo que havia sido desenvolvido na aula eles não expressavam suas ideias, com isso, não dialogavam acerca do que era proposto.

Portanto, ao investigar a conduta das crianças nas primeiras aulas, percebeu-se também que são pouco estimuladas a obterem sua própria autonomia, por não ser permitido o diálogo em sala de aula, um dos fatores que pôde ter influenciado na falta da liberdade de expressão das mesmas. Ao propor aos educandos dinâmicas ou atividades que exigiam que os fizessem pensar ficavam com receio de se comunicarem com medo de “errar”, ou pelo “hábito” de nunca poderem falar sobre seus pensamentos.

Dessa forma, observou-se que as crianças apresentavam uma barreira quanto à expressão verbal e a representação gráfica, sendo assim utilizou-se metodologias diversificadas com o intuito dos alunos desenvolverem a linguagem oral e escrita.

A rotina foi um dos instrumentos utilizados como meio do desenvolvimento da linguagem oral, assim como o reconto de histórias, pois ambos permitem que as crianças expressem seu pensamento, e diálogo com os colegas. Nas primeiras intervenções notou-se que os alunos não conseguiam comunicar seus desejos, tampouco relatar sobre as atividades e histórias contadas. Quando indagados sobre o que desejavam fazer primeiro durante a aula, se gostaram da atividade desenvolvida, quais os personagens aparecem na história, o que compreendeu sobre a história, para todos esses questionamentos os alunos apresentavam a resposta: -“Eu”, ou falavam assuntos aleatórios sem ligação com o que estava sendo proposto.

A partir da terceira intervenção percebeu-se o desenvolvimento dos alunos acerca da oralidade, pois passaram a expressar seus desejos e vontades, estabelecendo dialogo vinculado com as atividades desenvolvidas. Na última intervenção constatou-se que as crianças passaram a falar frequentemente sobre o que gostaram e o que não gostaram de fazer, desenvolvendo os recontos de maneira rica e expressiva envolto das histórias trabalhadas.

De acordo com Sasso:

A ampliação desse repertório falado pela criança, não se resume apenas à memorização e a repetição de sons e palavras, há na verdade uma aprendizagem articulada entre pensamento e ações, quando as crianças reproduzem. Isso pode ser observado, sobretudo na expressão de seus pensamentos, atos, sensações e desejos: quando conseguem se compreender e fazer-se compreendidas, a competência lingüística, desenvolvida e aperfeiçoada. Assim, cada vez que as crianças vão testando essa compreensão, aperfeiçoam-nas, surgindo novas associações em busca de significado. (2007, p.06)

Verifica-se na imagem 1 e 2 que houve evolução gradativa da criança, pois na primeira intervenção fazia rabiscos aleatórios com hipóteses menos elaboradas, logo, na sexta intervenção passou a atribuir elementos de intencionalidade ao desenho com a presença de formas mais definidas.

Imagem 1 – Desenho realizado pela criança na primeira intervenção.

Imagem 2 – Desenho realizado pela mesma criança na sexta intervenção.



Fonte: Acervo das pesquisadoras.

Outro fator analisado, de acordo com as intervenções, foi à ausência de práticas significativas de inserção da linguagem escrita, pois os educandos durante as primeiras intervenções apresentaram diversas dificuldades de expressão gráfica, demonstrando hipóteses menos elaboradas, como rabisco sem intencionalidade expressa como na imagem 1, devido à falta de interação e contato com a escrita.

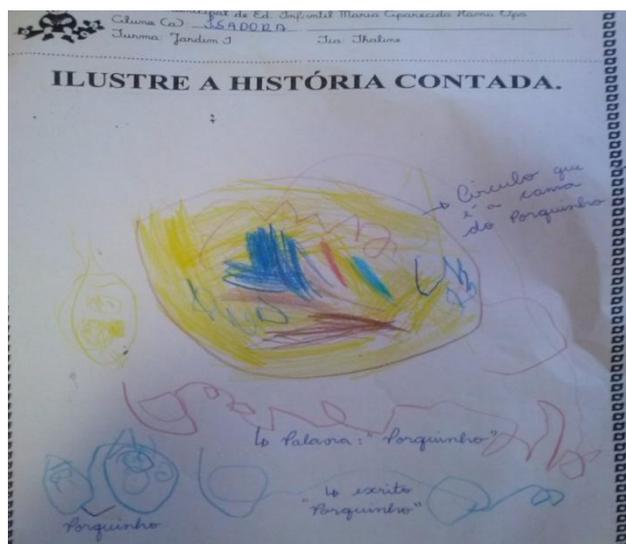
Diante disso, Baptista enfatiza que:

É também importante considerar que o trabalho com a leitura e a escrita na educação infantil deve estar comprometido com o direito de a criança expandir seu conhecimento. Para que isso ocorra, a prática pedagógica deve promover situações significativas em relação à cultura letrada e à cultura infantil. (2010, p. 04)

Mediante as intervenções pedagógicas realizadas ao qual possibilitaram a participação dos educandos em práticas sociais do mundo letrado por meio da utilização de revistas, literaturas infantis, panfletos, parlendas e recontos, constatou-se em ambas as turmas a evolução gradativa e significativa da expressão verbal e gráfica dos educandos.

[...] o trabalho com a linguagem escrita na educação infantil deve realizar-se por meio de estratégias de aprendizagem capazes de respeitar as características da infância, considerando os significados que a linguagem escrita adquire para os sujeitos que vivenciam essa fase da vida. (BAPTISTA, 2010, p. 04)

Imagem 3 – Desenho realizado pela criança na última intervenção.



Fonte: acervo das pesquisadoras.

Constatou-se que, na última intervenção realizada as crianças apresentaram hipóteses mais elaboradas acerca da linguagem escrita, pois passaram a representar suas ideias com mais intencionalidade, demonstrando a construção e apropriação do sistema de escrita.

[...] a criança produz cultura e que essa produção se realiza na interação que ela estabelece com o mundo e com as diversas produções culturais desse mundo. A escrita é um elemento importante dessa cultura. A criança interage com ela, procura compreendê-la e dela se apropriar. (BAPTISTA, 2010, p. 04)

A educação infantil deixou de obter um olhar assistencialista e passou a assumir cunho pedagógico, por isso é de suma importância ressaltar que a criança possui desde seu nascimento o contato com o mundo letrado, portanto, se fez necessário investigar e propor aos educandos diferentes formas para que eles possam se expressar através da linguagem oral e escrita.

Contudo, constatou-se que as crianças evoluíram gradativamente desenvolvendo a linguagem oral e construindo suas hipóteses acerca da escrita. Elas passaram a atribuir significado as suas expressões gráficas, e a manter diálogos ricos sobre as atividades propostas. Portanto, a utilização de metodologias que abarcam o contato das crianças com a língua escrita e o estímulo da fala é essencial para o desenvolvimento significativo das mesmas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do presente estudo, foi possível analisar de maneira crítica, as contribuições da inserção de práticas diversificadas e lúdicas no desenvolvimento da linguagem oral e escrita em duas turmas de Jardim I na Educação Infantil, levando em consideração o respeito às características próprias da infância.

Constatou-se que os alunos foram rompendo aos poucos uma barreira que comprometia sua oralidade e expressão gráfica, pois estavam acostumados com limites preestabelecidos, demonstrando a princípio comportamentos retraídos. Entretanto, o ambiente escolar deve ser o espaço em que a criança possa ter oportunidades e liberdades para construir relações sociais, para que assim consiga interagir com o outro e com o mundo que a rodeia.

No decorrer das intervenções pedagógicas analisou-se os dados coletados, com isso, foi possível verificar que houve evolução gradativa no desenvolvimento e na construção da linguagem oral e escrita por parte dos educandos.

No que se refere à linguagem oral as crianças passaram a manter diálogos mais ricos, pois durante as primeiras intervenções os alunos apresentaram conversas curtas sem clareza e objetividade. Portanto, nas intervenções subsequentes passaram a construir falas com frases claras e completas, demonstrando pensamento preciso acerca do que era apresentado as mesmas.

Na linguagem escrita as crianças também demonstraram evolução gradativa, de modo que, no decorrer das intervenções percebeu-se que elas apresentaram hipóteses mais elaboradas mediante indagações durante as atividades propostas, desse modo, constatou-se a ampliação da capacidade de representação do mundo vivido e percebido por elas.

A partir da pesquisa de campo, das intervenções e do embasamento teórico utilizado, foi possível uma análise crítica a respeito das possibilidades existentes para o desenvolvimento do trabalho significativo com os educandos envolto da construção da linguagem oral e escrita.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, Zucatto Mantovani de. **PROEPRE: Fundamentos Teóricos e Prática Pedagógica para a Educação Infantil**. Campinas, SP: Graf. FE; IDB, 2010.

BAPTISTA, Mônica Correia. **A linguagem Escrita e o Direito à Educação na Primeira Infância**. Belo Horizonte, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** – Brasília: MEC/SEF, 1998.

FERREIRO, Emília. **Cultura Escrita e Educação.** Ernani Rosa – Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: Fundamentos e Métodos.** São Paulo: Cortez, 2002.

SASSO, Elaine Cristina. **A Linguagem Oral e Escrita na Educação Infantil: contribuições da análise experimental do comportamento na releitura dos objetivos.** Universidade Estadual Paulista (Unesp)-Brasil, Faculdade de Ciências/Bauru, 2007.

DINIZ, Margareth. **O método clínico e sua utilização na pesquisa.** Revista Espaço Acadêmico - Nº 120 - Maio de 2011.